Os meios que se perderam dos fins:
cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores

Maria Cristina Soares Paniago
Professora da Faculdade de Serviço Social da
Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Este artigo reproduz, de forma ampliada, o conteúdo de uma comunicação
científica apresentada no 33º Congreso Mundial de
Escuelas de Trabajo Social, em Santiago (Chile), em 2006.

Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores

Resumo: A partir dos anos 90, no Brasil, diversas experiências autogestionárias de trabalhadores passam a influir nos rumos da luta operária contra o desemprego estrutural. Tais experiências aparecem como uma solução ao problema de sobrevivência e uma alternativa de autonomia dos trabalhadores ao domínio do capital, na base da produção. Neste artigo, analisamos os fundamentos que orientam as experiências autogestionárias, no sentido de examinar se, de fato, elas podem constituir-se em um poder autônomo e soberano frente ao capital. Ou se, as empresas autogestionadas reproduzem, essencialmente, as relações de concorrência e exploração do trabalho, agora realizado pelos próprios trabalhadores sem patrão.

Palavras chave: autogestão, luta de classes, emancipação humana.

Means disconnected from ends: industrial cooperatives and workers's self-management

Abstract: As from the 1990's, in Brazil, several experiences of workers' self-management have begun to influence the course of the labor struggle against structural unemployment. Such experiences appear to be a solution for the survival problem and an alternative for the workers' autonomy in face of the domination of capital, in the domain of production. In this article, we analyze the foundations that guide the experiences of self-management, in the sense of examining if, in fact, they can constitute an autonomous and sovereign power before capital. Or if, self-managed companies reproduce, essentially, relationships of competition and exploitation of labor, now accomplished by workers themselves without any employer.

Key words: self-manegement, struggle of classes, human emancipation.

O tema deste artigo é a análise da possibilidade de se alcançar a emancipação dos trabalhadores através da criação de mecanismos de participação democrática nos marcos do capitalismo. Optamos por utilizar como referência as propostas, no Brasil, de controle direto sobre o capital, buscado nas experiências de cooperativas e autogestão de fábricas pelos trabalhadores.

O surgimento do movimento de organização democrática das forças populares remonta os anos imediatamente posteriores ao fim da ditadura militar no país, no final dos anos 1980. As experiências de autogestão dos trabalhadores nas fábricas constituem, a nosso ver, uma variação particular desse movimento, e coincidem com os desdobramentos da crise estrutural do capital e a reação neoliberal à crise explicitada no Brasil, principalmente, a partir dos anos 1990. Estas experiências aparecem como uma reação possível aos efeitos danosos da crise sobre a acumulação capitalista e as taxas de lucratividade dos capitalistas individuais. Elas contribuem para a atenuação dos problemas resultantes da crise estrutural do capital, salvando empresas e empregos. Desse modo, aparecem como mecanismo remediador no combate ao desemprego, bem como acabam por desviar o foco da luta de classes do confronto com a lógica do capital, ao colocarem trabalhador contra trabalhador, gerando formas novas de autoexploração do trabalho.

Tendo como referência este conjunto de questões, procuramos, neste artigo, expor os fundamentos teóricos e os desdobramentos prático-políticos das experiências de autogestão. Para isso utiliza-

mos as experiências relatadas no I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão.[1]

Com estas anotações sobre tais experiências, nas quais se podem identificar as principais questões envolvidas na discussão sobre cooperativa e autogestão dos trabalhadores fabris, pretendemos contribuir para o aprofundamento crítico do passado recente, no sentido de se avançar na construção de alternativas de poder popular que visem à superação do capital, na medida em que, segundo Marx, esta é uma condição ineliminável para a realização da igualdade plena entre o homens.

A história do século XX demonstrou que a classe trabalhadora pouco avançou no sentido de construir sua autonomia e independência de classe, pois, ora permanece vulnerável à cooptação pelo Estado mediante a ideologia da negociação de classe, ora se submete aos imperativos acumulativos e expansionistas do capital e à exploração intensificada do trabalho, em tempos de crise do capitalismo.

A proposição de novas experiências de democracia participativa, e a análise das possibilidades de se colocar o capital sobre controle dos interesses dos trabalhadores, adquire, portanto, significativa importância histórica, principalmente se considerarmos as derrotas que a luta pela emancipação humana, nos termos colocados por Marx n'*A Questão Judaica*, tem enfrentado nos últimos séculos em tentativas de natureza semelhante. Estaríamos, de fato, inovando, ou retomando velhos paradigmas da luta de classes formulados pelo reformismo do século XIX, já renovado pela social-democracia européia durante o *Welfare State*, e, quem sabe, agora, novamente atualizado para atender às exigências da crise estrutural do capital e sua faceta neoliberal? Em que medida as experiências de autogestão de fábricas possibilitam à classe trabalhadora acumular

1 O I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão foi realizado na UNESP- Marília, Estado de São Paulo, Brasil, em 1996.

forças e construir o caminho para a emancipação humana? É o que discutiremos a seguir.

O controle autogestionário do trabalho sobre o capital

Inúmeros instrumentos de participação política com diferentes formatos e espaços institucionais (Orçamento Participativo[2], Conselhos Gestores e de Controle Social, Cooperativas de Produção e Serviços) fazem parte de um movimento de inovações democráticas cuja pretensão é ampliar o controle da sociedade civil sobre o Estado e o mercado, constituindo uma nova hegemonia de poder dos trabalhadores.

A importância dessas experiências de democracia participativa e a natureza (econômica, social e institucional) inovadora atribuída a elas por suas organizações políticas e de classe (GENRO e SOUZA, 1997; RAICHELIS, 1998; SÁNCHEZ, 2002; GOHN, 2003), e por outros teóricos relevantes (SANTOS, 2002), provoca a curiosidade investigativa no sentido de se verificar se, de fato, avançaram em direção à libertação dos trabalhadores da relação de subordinação e dependência do capital e à autonomia decisória sobre seus destinos emancipatórios, ou se se revelaram como instrumentos renovados de dominação do capital, seja na esfera do Estado, seja na esfera do mercado.

A análise das cooperativas de trabalhadores em regime de autogestão ou co-gestão, entre as demais experiências de democracia

2 Ver Genro (2000), formulador teórico-político das propostas de combinação de democracia direta e democracia representativa, como o Orçamento Participativo, que têm orientado as administrações municipais do Partido dos Trabalhadores. Fazemos nossas as palavras de Frederico (2000), quando se refere ao livro de Tarso Genro e propõe como sendo mais producente, ao ser criticamente examinado, sair do discurso epistemológico e dar a devida atenção à crítica ontológica. A política e suas inovações institucionais, sem consideração da base ontológica do que se pretende transformar, torna-se puro reflexo de desejo e subjetividades bem intencionadas.

participativa, são as que evidenciam com mais clareza as contradições da relação capital-trabalho, quando confrontadas com iniciativas de democratização do poder na organização da produção nos limites da sociedade de mercado. Nosso interesse é focalizar a análise nos fundamentos e expectativas propugnados por seus próprios idealizadores, possibilitando-nos pontuar algumas tendências observadas nesse fenômeno social recente no Brasil.

Enfoque conceitual

No I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão encontramos relatos, dos próprios trabalhadores, sobre diversas experiências concretas[3] que nos permitem observar um quadro bastante real e representativo dos meios utilizados para se fundar uma "empresa sem patrão".[4]

As empresas de autogestão podem ser caracterizadas, de acordo com Vieitez (1997, p. 9,11), por um conjunto de objetivos que se procura realizar, tais como:

- trabalhadores tornam-se proprietários e gestores dos novos estabelecimentos;
- recursos de capital são obtidos da venda dos produtos e serviços;
- "maximização do lucro não é o motor de empreendimento";
- autonomia na gestão e democratização dos processos de decisão;

3 Constam depoimentos de nove trabalhadores representantes de seis cooperativas (Skillcoplast, Hydrophoenix, Conforja, Coopervest, Contramonte e cobertores Parahyba). Analisaram-se, também, as informações do representante da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), entre outros textos.

4 Título do livro publicado, em 1997, após a realização do I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão.

- primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na distribuição dos lucros.

Diante da necessidade de se "criar ou salvar empregos", segundo o mesmo autor, a autogestão aparece como alternativa para empreendimentos populares que não necessitem de grande capitalização. Os trabalhadores passam a se envolver com essa modalidade de propriedade privada dos meios de produção por falta de opção diante do desemprego. A "motivação é pragmática" (VIEITEZ, 1997, p. 27).

Essa mobilização por uma alternativa pragmática e emergencial, alheia aos obstáculos à emancipação impostos pela natureza hierárquica e desigual do sistema do capital, é o que caracteriza o conjunto das experiências relatadas, como veremos a seguir.

Desemprego e autogestão

Com o exclusivo objetivo de "defender o emprego", "herda-se" a empresa nas condições e estrutura com as quais atuava no mercado. Conforme depoimento de Sinval Ferreira, da Skillcoplast:[5] "nós somos resto da Abrecofica. (...) ela nos passou aquela produção de montagem e acabamento. A gente estava recebendo a rescisão com uma linha de acabamento dentro da própria empresa" (*apud* VIEITEZ, 1997, p. 58). A defesa do emprego é o motivo principal da experiência autogestionária também na Coopervest[6] e na Contramonte[7]. Segundo José Paixão: "A Cooperativa nasceu para criar o seu próprio emprego". A autogestão veio "porque a empresa estava

5 A Skillcoplast- Indústria e Comércio de Plásticos foi criada, em 1994, no estado de São Paulo, pela Associação de Funcionários remanescentes da antiga Abrecofica.

6 A Coopervest – Cooperativa dos Trabalhadores de Confecções Limitada – é de ex-empregados da Vila Romana S/A, antiga proprietária das marcas Pierre Cardin e Yves Saint Lourent em Sergipe.

7 A Contramonte é uma Sociedade Cooperativa dos Trabalhadores em Construção Civil e Montagem Industrial no Rio Grande do Sul.

com um problema muito sério." Não foi programado, "nós aceitamos porque nós estávamos desempregados" e "não tínhamos para onde correr". Em outro depoimento sobre a criação de uma cooperativa de trabalho, diz-se que ela surgiu "a partir do desemprego e do questionamento do processo de terceirização que a gente vive no país." (José Paixão Lemos de Aquino – Coopervest, e José Réus do Nascimento – Contramonte *apud* VIEITEZ, 1997, p. 66-68)

Ao trabalhador não foi deixada outra opção, pois tais empresas encontravam-se em péssima situação financeira, e sentiam-se incapazes de cumprir suas obrigações trabalhistas. Para não perderem os direitos adquiridos durante anos de trabalho, os trabalhadores aceitaram como alternativa assumir ou parte da empresa, desdobrando e especializando-se num setor da linha de produção, ou tornar-se, inicialmente, parceiros dos antigos patrões numa relação de cogestão, para depois, ao conseguirem o financiamento público necessário, instituírem o regime de autogestão criando uma nova empresa. É o que nos relata Martiniano. Em razão do leilão de todo o equipamento e bens não alcançar o montante de direitos já adquiridos, 31 funcionários "concordaram em fazer essa fase de transição, ficando ainda dentro da empresa, de uma maneira clandestina, pelo menos um ano e meio, esperando o aporte de capital de um projeto de empréstimo que nós colocamos junto ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]." (José de Oliveira Martiniano – da Hidrophoenix[8], *apud* VIEITEZ, 1997, p. 63.)

O caráter de autogestão apontado nos parece ter muito a ver com um procedimento de transferência de responsabilidade, aos trabalhadores, dos prejuízos sociais provocados pela incapacidade empresarial dos antigos patrões de sobreviverem no capitalismo

8 A Hidrophoenix é uma empresa que produz equipamento para uso em borracharia de veículos. Foi assumida, em situação falimentar, por um Conselho Administrativo formado por antigos funcionários e um representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba no final de 1993.

em crise. Observa-se que a ocorrência crescente de experiências autogestionárias, nos anos 1990, coincide com o aprofundamento da crise econômica e seu desdobramento mais perverso, do ponto de vista social, que é o desemprego estrutural. Visando minorar tais prejuízos para o trabalho, bem como dar uma saída mais vantajosa à crise das empresas por meio de uma solução "interna" à fábrica, alcançando a quitação dos passivos trabalhistas com recursos de capital já imobilizados, a autogestão tem se apresentado como medida remediadora diante dos efeitos da crise do capital. Atua como meio de socialização dos ônus da crise junto aos trabalhadores, e não como um ato de conquista da autonomia do trabalho da subordinação hierárquica do capital. É uma alternativa, portanto, imposta pelas circunstâncias e não uma opção estratégica emancipatória que pretenda promover alterações substantivas na relação de subordinação ao capital e nas relações dominantes do mercado capitalista.

Novas personificações coletivas do capital: a ilusão jurídico-legal

O sistema do capital, como um processo contínuo de autovalorização do trabalho acumulado, necessita da atuação do capitalista para exercer a função de controle sobre o trabalho vivo. Ao capitalista cabe fazer a "mediação (e imposição) de seus imperativos objetivos [do capital] como ordens conscientemente exeqüíveis sobre o potencialmente mais recalcitrante sujeito real da produção", o trabalho (MÉSZÁROS, 2002). O proprietário de capital, "consciente desse movimento", para continuar como capitalista, deve ter como "meta subjetiva" a valorização do valor, buscar a "multiplicação incessante do valor" (MARX, 1983). Se não consegue desempenhar com êxito esta função deixa de ser capitalista, ou, no nosso caso, se desfaz daqueles empreendimentos nos quais não pode mais obter a lucratividade necessária. Ainda, segundo

Marx, "Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho." (MARX, 1983, p. 188)

Ao assumirem o papel de personificações do capital, ainda que originários da classe trabalhadora, esses novos proprietários de capital, agora em regime associativo ou cooperativado, estarão tão comprometidos com os objetivos da reprodução ampliada do capital quanto seus antigos proprietários individuais. A relação causal, segundo Mészáros (2002) após Marx, vai do capital a seu tipo específico de personificação, e não ao contrário. Portanto, o capital, e suas exigências expansivas, que implicam a subordinação hierárquica do trabalho e a apropriação crescente do produto do trabalho alheio, não tem razão para desaparecer só porque desaparece a personificação do capitalista individual. Ele permanece atuante, adotando outras formas de personificação.

Com base nos depoimentos, podemos observar que a trasnformação da titularidade de propriedade dos antigos patrões para os novos trabalhadores associados nada tem de livre e autodeterminada. É uma inovação nas formas de subordinação ao capital em tempos de crise. O capital é uma relação social de produção e não uma "entidade material" ou um "mecanismo neutro" que possa estar na posse de um ou outro indivíduo aleatoriamente, seja qual for seu título legal, se um proprietário privado individual ou um proprietário coletivo, ou estatal. Por implicar um processo de sujeição do trabalho vivo, por necessitar garantir sua autovalorização através da extração mais eficiente possível da mais-valia, é trabalho acumulado, objetivado, e não possui nenhuma forma de existência que prescinda do trabalhador, seja qual for sua aparência jurídico-legal (MÉSZÁROS, 2002).

A mera substituição dos sujeitos a ocuparem o papel de personificação do capital, mantidas as condições objetivas da reprodu-

ção e expansão do capital enquanto sistema dominante, não altera em nada a relação estruturalmente antagônica em que se baseia a exploração do capital sobre o trabalho. Com as cooperativas, a mistificadora apropriação coletiva do capital pelos trabalhadores apenas altera os meios daquela exploração e acumulação. Por um lado, em condições desvantajosas em relação a seus antigos patrões, pois o que se transforma em seu capital inicial, ou de giro, são os créditos ou o pequeno excedente de seu próprio trabalho, sem possibilidades de reinvestimento e de diversificação de seu capital, visando ampliar as oportunidades de acumulação, como fizeram os antigos patrões para continuarem capitalistas.[9] De outro, em consonância com os imperativos acumulativos e expansivos do capital, mais vantajosa, pois torna-se seu próprio patrão, na medida em que a fonte da ampliação de seu capital é agora a "auto-exploração do trabalho", e eles os sujeitos gestores da intensificação do trabalho no sentido da realização de uma maior produtividade, e de garantir seu posicionamento no mercado.

As cooperativas permanecem subordinadas à concorrência capitalista, pouco importando a relação de propriedade coletiva que se instaura. Nesse sentido, segundo Luxemburg (1975, p. 52), a concorrência se impõe através da "necessidade de intensificar o trabalho o mais possível", de "reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado", de "empregar ou atirar à rua a força de trabalho, segundo as necessidades do mercado", em suma, praticam-se "todos os métodos de enfrentamento na concorrência". Sem que se aproxime um milímetro sequer da trans-

9 Segundo comentário do trabalhador da Cobertores Parahyba, o dinheiro do empresário capitalista vai para a compra de gado e cavalos de raça, fazendas, etc., mas, agora, a Assembléia Geral dos próprios trabalhadores da nova fábrica é que decidem sobre os gastos. Não vão autorizar esse tipo de desvio de investimento. Na autogestão "esse dinheiro fica girando dentro do círculo", reinvestindo na fábrica, pois "vamos tentar aqui girar o capital beneficiando os trabalhadores (...). Não é ficar rico. É ter um bom salário, é viver decentemente." (José Clementino de Faria *apud* VIEITEZ, 1997, p. 72.)

formação do modo de produção capitalista a favor da autonomia dos trabalhadores.

É o que verificamos nas cooperativas. Na Skillcoplast, ressaltam o fato de que a relação entre trabalhador não é "coisinha de tapinha nas costas". É conflituosa e difícil, "porque existe uma busca diária e contínua de se ter resultados para sobreviver enquanto empresa e enquanto cidadão. (...) Tem que se matar dois ou três leões por dia". (Sinval Ferreira e Manuel Alves da Paz – Skillcoplast *apud* VIEITEZ, 1997, p. 58-61)

A relação com os companheiros muda em função das novas atribuições enquanto personificações do capital, e, agora, responsáveis pelo sucesso do negócio. Alguns desistem, outros têm que impor sobre os companheiros os novos critérios de participação produtiva individual, pois afinal são eles os produtores de mais-valia. Na "Assembléia o trabalhador identificava quem não estava funcionando e pedia que fosse tirado fora e a gente teve que acatar." A esses trabalhadores, "Chances foram dadas só que isto aqui não é brincadeira." Pois, "não podemos ter paternalismo dentro de um processo produtivo, nem num processo de autogestão, porque se não ele já começa fadado ao fracasso." (Manuel Alves da Paz -Skillcoplast a*pud* VIEITEZ, 1997, p. 61-62)

Trabalhador contra trabalhador: auto-exploração do trabalho

As cooperativas, quando dão certo, de acordo com Luxemburg (1975, p. 55), tornam-se um meio de reduzir o lucro capitalista, "enriquecendo assim os operários", ao mesmo tempo em que apresentam um "caráter híbrido", na medida em que os trabalhadores associados, nessa condição, nada mais são que personificações do capital na relação de proprietários de capital, e operários na esfera da produção (do chão de fábrica). Esse hibridismo tem uma conseqüência política da maior gravidade, pois

leva os indivíduos envolvidos a renunciar à "luta contra o modo de produção capitalista", restringindo-a à "luta contra o modo de repartição capitalista".

Ao atuarem diretamente, sem mediação da classe capitalista, na operacionalização da exploração do trabalho e na apropriação da mais-valia, os trabalhadores mantêm a "necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário, e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista." Com base nessa contradição, ressaltada por Luxemburg (1975, p. 52-53), as experiências de cooperativa não têm como sobreviver no interior do modo de produção capitalista, e sua morte ocorre "quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses operários, pela dissolução."

Quando as reivindicações dos trabalhadores ameaçam entrar em primeiro plano, tal atitude é vista como imaturidade e falta de compromisso com os objetivos autogestionários. É o que se pode observar na Coopervest, pois diz-se que parcela significativa de associados "resist[e] a aceitar a realidade cooperativa"; "Os cooperados comportam-se sempre, via de regra, como se fossem empregados"; "resistem a implementar uma visão voltada para a iniciativa de todos, orientada para o bem comum, comportando-se e exigindo às vezes vantagens que só se permite conceder num ambiente regulado por uma relação eminentemente empregatícia. Não é o nosso caso." (José Paixão Lemos de Aquino – Coopervest *apud* VIEITEZ, 1997, p. 67.)

Na realização dos imperativos de lucratividade do capital, todo rigor e esforço são despendidos, mas, na relação com o trabalho, toda resistência ou incompreensão à nova forma de exploração do trabalho é vista como obstáculo, e deve ser contornada pela persuasão e qualificação, pela reeducação ("desculturalização") ou pela imposição dos mais comprometidos com a idéia. Observa-se que mesmo o benefício pedagógico, segundo Singer (2000), obje-

tivo da "maior importância"[10] para essas inovações democráticas na relação capital-trabalho, vê-se subordinado aos imperativos do capital, o qual não poupa a subjetividade do trabalhador, forçando-a a se adequar (e justificar) à tirania do lucro como condição de sobrevivência do negócio.

A relação entre o capital e o trabalho é estruturalmente hierárquica e antagônica, e sobrevive a toda variação de relação de propriedade (personificações de capital) que se procure inovar. Ainda que a noção de emancipação apareça de forma pouco precisa nas experiências relatadas, todas se apresentam como alternativas ao trabalho assalariado e meio de superação das iniqüidades socioeconômicas cada vez mais acentuadas pelo sistema dominante do capital. Procura-se (como se fosse possível) realizar a igualdade na organização do trabalho entre os associados, juntamente com a aceitação da desigualdade impositiva dos critérios de eficiência econômica da lógica do lucro que contrariam essa mesma igualdade. Transformam-se, assim, em reguladores de sua auto-exploração, aumentando a desigualdade da distribuição do produto excedente fora da fábrica e a intensificação do trabalho (ou seja, aumento da mais-valia produzida) no interior da fábrica, pois a acumulação, concentração e expansão do capital permanecem aí os indicadores de sucesso do empreendimento.

Além das inúmeras dificuldades de se manter a produtividade dos trabalhadores devido aos graus variados de envolvimento subjetivo e à convicção quanto à validade da experiência, a força imperiosa do mercado não tem como não ser imediatamente reconhecida. Num dos depoimentos, o mercado é visto como " extremamente agressivo, difícil", pois atuam nele simultaneamente fatores como "concorrência, preço, tempo" , sendo que o "cliente passou a ser nosso chefe".

10 "A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários." (SINGER, 2002, p. 44)

O despotismo do mercado, em contraste com as relações "democráticas" entre os trabalhadores, aparece através de um novo sujeito – o cliente. Segundo um depoimento, o "cliente é o chefe e a gente acata porque é o cliente que paga e ele mantém a empresa andando." (Manuel Alves da Paz *apud* VIEITEZ, 1997, p. 62.)

No sistema do capital a submissão à relação de troca é tão importante quanto a relação de propriedade. Mészáros adverte que a

> relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza estranhada sobre ele próprio. A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloqüente a este respeito. (2002, p. 629.)

O ônus de enfrentar a concorrência em condições desfavoráveis devido à escassez de capital, ao baixo nível tecnológico[11], à inexperiência administrativo-financeira, à resistência de alguns operários em aumentar a intensidade de trabalho sem a correspondente melhoria na renda, à escala da produção, à entrada de produtos importados de menor preço, pesa muito mais num mercado globalizado. Essas questões aparecem assim na visão de um dos depoentes: "A conjuntura econômica atrapalha nosso relacionamento de mercado, faz com que a gente ainda trabalhe dentro dessa precariedade salarial. E esse outro fator, a globalização da economia, é outro carrasco hoje do nosso mercado, atingindo as pequenas empresas que é o nosso caso." (José de Oliveira Martiniano – Hidrophoenix *apud* VIEITEZ, 1997, p. 65.)

11 "Não podemos ter uma tecnologia obsoleta". Reconhece-se que "para estar no mercado, (...) para a gente inserir nosso produto, precisa preparar nosso pessoal à altura." E o pessoal do chão de fábrica apresenta uma "certa rejeição (...) de adquirir alguns conhecimentos tecnológicos" (José de Oliveira Martiniano *apud* Vieitez, 1997, p. 65).

No caso da Cobertores Parahyba, por ser uma empresa autogerida de maior porte[12] que as demais (400 operários), o problema de relacionamento com o mercado se coloca de outra maneira e implica em um diverso poder de reação em defesa de seu segmento de mercado. Segundo o depoimento, os trabalhadores sofreram, num dado momento, ameaças de "concorrência desleal" vindos de uma fábrica de cobertores mexicana. Enquanto seu produto era vendido por R$ 26,00, o produto mexicano estava sendo colocado no mercado brasileiro por R$ 12,00. A preocupação com a manutenção de mercado para sua mercadoria foi imediata.

O presidente da fábrica entrou em ação. A Cobertores Parahyba possui um presidente contratado pelos trabalhadores, mediante o pagamento de um bom salário ("fizemos um contrato com ele"; "ele ganha bem"), cujo objetivo é a manutenção de um bom desempenho da empresa no mercado. Diante deste problema, sua experiência e relações políticas e empresariais foram prontamente mobilizados ("O nosso presidente da fábrica tem espírito capitalista"; ele afirma "que [aqui] não tem autogestão"; "Mas pelo menos uma coisa ele tem: é esperto."). O presidente "moveu céus e terras", falou com ministros, secretário da Fazenda e conseguiu uma sobretaxação de 70% sobre o cobertor mexicano (José Clementino de Faria *apud* Vieitez, 1997, p. 71).

A fábrica viu-se alterada na própria estrutura hierárquica interna, utilizando-se de capacitações extra-classe como requisito ao funcionamento exitoso no mercado e no enfrentamento da concorrência. O que tem feito com sucesso, pois, segundo Faria, podem faturar até 12 milhões de dólares ao ano ("é viável ou não é viável?"). As alterações na relação de propriedade do capital junto ao funcionamento socializado (?) na produção, quando confron-

12 Com base na experiência de autogestão social Argentina (empresas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores), Lucita (2004) ressalta que o " velho ditado de que as cooperativas quanto maior é seu êxito mais capitalistas se tornam não é equivocado, há já demasiadas experiências a respeito."

tados com as leis do mercado na distribuição, revelam a natureza capitalista da experiência da cooperativa. Esta contradição aparece claramente quando o representante da fábrica, no Simpósio, alega que "nossa fábrica é *sui generis*. A Associação é socialista. Mas a fábrica é capitalista, porque funciona como qualquer empresa do Antônio Ermírio de Moraes, qualquer uma." (José Clementino de Faria, *apud* VIEITEZ, 1997, p. 72)

As fábricas de menor porte (40 pessoas) conseguem, ainda, manter uma organização interna sem hierarquia, na medida em que, segundo Paz, "Hierarquia – chefias, esse tipo de coisa – praticamente não existe. As decisões são tomadas em conjunto, assim como os objetivos." O faturamento é da ordem de 120 mil reais ao mês, com uma margem de lucro de 20%. O que tem permitido à fábrica se consolidar no mercado como transformadora de plástico e capacitar os trabalhadores a operarem no mercado: "hoje a gente começa a conhecer o outro lado da moeda, de deter um meio de produção. Como é que é preço, porque hoje o trabalhador discute o salário de outra forma." (Manuel Alves Paz, Skillcoplast *apud* Vieitez, 1997, p. 60.)

As necessidades impostas pelo capital e pelo mercado é que orientam as estratégias de produção e de distribuição do produto do trabalho cooperativado. Afinal de contas, o sucesso da experiência é medido pelo sucesso do faturamento. A estrutura da contabilidade capitalista deve ser mantida, pois o lucro é, da mesma forma, assegurado, por meio da apropriação da mais-valia dos trabalhadores, agora patrões.

Considerações Finais

A democratização do poder[13] almejada vê-se, portanto, comprometida pela ilusória autonomia do trabalho diante do capital. À "au-

13 Dois importantes requisitos da autogestão são a democratização do poder e a autonomia sobre a propriedade (cf. VIEITEZ, 1997, p. 15).

tonomia" decisória dos trabalhadores-proprietários sobre os rumos da empresa está imposta uma agenda que nada tem de autônoma, na medida em que está condicionada, nos dias de hoje, pela crise estrutural e a desregulamentação neoliberal dos mercados e das relações de trabalho. Faz parte da agenda atual, entre outras coisas, a flexibilização da limitação das horas trabalhadas e dos salários.

O porta-voz de experiências de empresas autogeridas na Espanha, Lozano, chama a atenção para o fato de que "na cooperativa um associado sacrifica horário, salários, postos concretos de trabalho, etc., quando as perspectivas econômicas o aconselham". Dessa forma, a organização da produção em cooperativas de trabalhadores torna-se mais prática, e menos conflituosa em relação à luta de classes, "porque os fatores trabalho e capital residem nas mesmas pessoas e sempre é difícil a uma pessoa discutir consigo mesma, e, em todo caso se põe de acordo. Afinal, 'ninguém chuta contra seu próprio goleiro'." (Antonio Manchado Lozano, presidente da Confederação Empresarial Espanhola de Economia Social *apud* VIEITEZ, 1997, p. 131)

O que se observa é um maior aprofundamento da submissão ao capital e uma exploração mais perversa sobre o trabalho. Em lugar de autonomia, igualdade, liberdade e democratização do poder, só se encontra maior subordinação, e, pior, encoberta ideologicamente pela possibilidade de, em posse do título de propriedade da fábrica, colocar sob controle o capital em favor das necessidades históricas dos trabalhadores. Os novos controladores do capital passam a ser controlados por ele, sem que tenham consciência desse revés, e com a vantagem adicional de desviar as energias necessárias à luta de classes do trabalho contra o capital para o espaço do trabalho cooperativado (o trabalhador cindido entre patrão e empregado) no interior da fábrica.[14]

14 Uma síntese dos fundamentos ontológicos da incontrolabilidade do capital, exaustivamente tratados por Mészáros em sua obra *Para Além do Capital*, pode ser encontrada em livro recentemente publicado pela Edufal (PANIAGO, 2007).

É inevitável que a "perversa circularidade do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 707-708) permaneça atuante, na qual o trabalho objetivado, alienado, se torna capital e este enquanto capital personificado domina o trabalhador – retira do trabalho vivo sua força histórica e a utiliza para dominá-lo. Muito mais que se aproximar de uma democratização do poder, lhe fornece novas formas de dominação, agora com a adesão dos trabalhadores. Ignora-se que para se obter qualquer mudança substantiva que transfira o poder sobre a produção e distribuição da riqueza social para o trabalho, exige, segundo Mészáros, que "o capital [deva] ser superado na totalidade de suas relações, caso contrário o seu modo de reprodução sociometabólica, que a tudo domina, não poderá ser deslocado mesmo em relação a assuntos de relativamente menor importância." (2002, p. 711.)[15]

Numa linha de pensamento mais crítico a respeito das cooperativas de trabalhadores na Argentina, Lucita[16] alerta sobre o mesmo risco:

> qualquer que seja a forma jurídica que os trabalhadores adotem, se voltam toda sua capacidade, toda sua iniciativa, toda sua criatividade, exclusivamente para o interior de cada empresa, buscando a resolução de seus problemas cotidianos – algo totalmente compreensível por outra parte – será inevitável que recaiam nas anteriores relações sociais e se vinculem ao mercado como um empresa capitalista a mais.(2004)

Não há possibilidade de uma convivência pacífica entre interesses de classes antagônicos no interior da mesma empresa em que o

15 Pois para Marx o capital não é somente uma simples relação social, mas um "processo, em cujos vários momentos sempre é capital". (*apud* Mészáros, 2002, p.711)

16 Eduardo Lucita é diretor da revista marxista *Cuadernos Del Sur* e membro do coletivo de *Economistas de Izquierda* (*EDI*).

trabalhador passa a desempenhar alternadamente, ora a personificação do capital, ora a personificação do trabalho assalariado, pois não podem escapar às pressões da acumulação expansiva do capital e das leis do mercado. Nisso coincidem as experiências relatadas no Simpósio e as experiências de cooperativas argentinas, pois, ainda segundo Lucita (2004): "Esta pressão mais cedo que tarde se faz sentir no interior das empresas gestionadas por seus trabalhadores e trabalhadoras. As diferenças salariais, a hierarquização interna, produtividades e ritmos de autoexploração, apropriação dos excedentes, autonomização dos conselhos de Administração, etc., são as manifestações mais comuns."

Mesmo em experiências historicamente mais avançadas, como os cordões industriais chilenos, os trabalhadores não obtiveram grande êxito na democratização do poder e no controle sobre o capital dentro das fábricas ocupadas. Durante o governo de Allende, as experiências de autogestão de fábricas enfrentaram sérios problemas na relação entre o Estado, sob o comando de Allende e da Unidade Popular, e as organizações dos trabalhadores. A democratização interna e a autonomia do poder operário acabaram por ficar subordinadas aos critérios externos impostos à produção, uma vez que a assembléia dos trabalhadores ("instância suprema de decisão") permanecia "artificialmente separada da execução, deixada à nova direção da empresa", cuja participação majoritária no conselho de administração era do Estado. A participação democrática dos trabalhadores estava orientada, sobretudo, à necessidade de se aumentar a rentabilidade e a produtividade das empresas na "batalha da produção", cujos objetivos eram garantir uma "extensão progressiva das conquistas dos trabalhadores" e o aumento "do poder aquisitivo das classes pobres." Por fim, observou-se um crescente descontentamento dos trabalhadores com seus órgãos de representação e o modelo de participação proposto, minando a construção da autonomia e da independência de classe

dos trabalhadores nos cordões industriais. (GAUDICHAUD, 2004, p. 30)

Na experiência chilena procurou-se alterar o controle político sobre o capital, mas não superar a lógica reprodutiva do capital que continuou a imperar de fora para dentro, através dos indicadores de produtividade e de realização do capital extraído da força de trabalho organizada coletivamente. Afinal, enfrentavam uma "batalha da produção", a qual devia alcançar êxito ao demonstrar as vantagens e a eficiência da organização dos trabalhadores na sociedade socialista chilena diante do mercado capitalista.

O que se observa em todas as experiências relatadas é que o capital é mantido e reproduzido nas empresas autogestionárias, e, de acordo com sua natureza, a partir do trabalho excedente apropriado do trabalhador, ou seja, da sujeição do trabalho vivo, e não de um equilíbrio igualitário e democrático entre capital e trabalho. Essa é a objetividade capitalista; opera assim na base material do sistema, e, desse modo, tem afirmado sua hegemonia secular.

As transformações ocorridas no capitalismo a partir da segunda metade do século XX, em especial o agravamento das desigualdades sociais e do desemprego crônico frutos da intervenção neoliberal, acentuam a relevância de se buscar toda sorte de alternativas para a sobrevivência cotidiana de milhares de trabalhadores sujeitos ao desemprego. Neste contexto, as experiências autogestionárias adquirem enorme importância como luta defensiva do emprego, no entanto encontrar nelas germes de uma nova relação democrática e igualitária do trabalho na produção da riqueza material é desconsiderar as evidências empíricas e as contribuições teóricas críticas do passado.

A pretensão de se exercer um controle social sobre o capital através de regulamentação jurídico-legal, segundo Luxemburg: "Longe de ser uma limitação da propriedade capitalista (...), é, pelo contrário, uma proteção desta propriedade. Ou, para falar do ponto de vista econômico, não é um golpe contra a exploração capitalista,

é simplesmente uma regulamentação dessa exploração" (1975, p. 29). E nos dias de hoje, contentarmos-nos em fazer apologia de toda sorte de controle social, tais como conselhos, orçamentos participativos, cooperativas, etc., na tentativa de transformarmos a impotência do controle sobre o capital em virtude, ou limites objetivos intransponíveis em avanços graduais, resultam em danos sociais e políticos muito mais perversos.

Os efeitos da crise estrutural têm penalizado duramente a classe trabalhadora no centro e na periferia do mundo. A luta defensiva provou ser insuficiente para o avanço da luta emancipatória dos trabalhadores, e a derrota do *welfare State* é um exemplo contundente na história recente (MÉSZÁROS, 2002). Insistir na luta defensiva, como no caso das cooperativas em relação ao emprego, não nos fará reduzir um grau sequer a base causal da desigualdade e instabilidade sociais. Ao contrário, ela tem significado inflacionar as ações do Terceiro Setor (nem mercado, nem Estado) como estratégia de transferência da responsabilidade social para a sociedade civil, no caso das políticas sociais, e para os trabalhadores, na luta contra o desemprego, deixando o Estado e o mercado mais livres para atuarem em defesa dos ganhos do capital ameaçados pela crise estrutural.

Lutar pela emancipação do trabalho implica não contemporizar diante da necessidade de se incentivar uma luta de classes ofensiva em todas as esferas da sociabilidade humana, sem qualquer constrangimento atenuador dos antagonismos das classes em confronto, seja de ordem conjuntural, seja mediante a tutela de finalidades partidárias e eleitorais.[17]

Do contrário, todas as experiências democráticas inovadoras, por mais bem-intencionadas, não passarão de uma reedição das

17 No Brasil, o governo Lula e a relação de cooptação exercida sobre alguns organismos representativos da classe trabalhadora (p. ex. a Central Única dos Trabalhadores), e outros movimentos sociais, simbolizam esse risco de perda de combatividade da classe trabalhadora na luta emancipatória.

estratégias de rendição de classe do passado reformista. Se nos deixarmos levar pela hipervalorização de um meio que não nos conduz ao fim desejado, ou se provocarmos a "institucionalização dos meios", na qual "os meios se tornam fins em si mesmos", a realização da tarefa emancipatória transformar-se-á em derrota.

Os meios sem um fim determinado, em consonância com a história que se quer fazer, acaba por nos levar indefinidamente a alcançar "resultados indesejados" (MÉSZÁROS, 1981, p. 257). Cabe, portanto, recuperarmos a finalidade emancipatória do projeto socialista, que implica a superação do capital e de toda ordem de desigualdade entre os homens, e criarmos os meios adequados à sua realização.

Referências bibliográficas:

FREDERICO, Celso. O novo contrato social. *Folha de S. Paulo*, Caderno de Resenhas, 11 Mar. 2000.

GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales*: testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973. Santiago: Lom, 2004.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento participativo*: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

GENRO, Tarso. *O futuro por armar*: democracia e socialismo na era globalizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LUCITA, Eduardo. *Empresas bajo gestión obrera*. Disponível no site: WWW. argenpress.info. Acesso em 14 jan. 2004.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I, t. 1.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. *Marx: A teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a incontrolabilidade do Capital*. Maceió: Edufal, 2007.

RAICHELIS, Rachel. *Esfera pública e conselhos de assistência social*: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez Editora,1998.

SÁNCHEZ, Felix. *Orçamento participativo:* teoria e prática. São Paulo: Cortez Editora,2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Democratizar a democracia:* os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul e MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

VIEITEZ, Candido Giraldez (org). (org.). *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP, 1997.